

CAMELÔS DE FEIRA DE SANTANA: DAS RUAS AO “SHOPPING POPULAR” - UMA HISTÓRIA DE LUTA

Sara Soares Costa Mamona¹

Alessandra Oliveira Teles²

Resumo: A organização deste trabalho justifica-se em função da importância em dar visibilidade as ações de protesto realizadas pelos camelôs durante o processo de transferência das ruas onde exerciam sua atividade para o Shopping Popular. O objetivo é expressar a narrativa dos camelôs, observamos que a regra dos escritos sempre foi apresentar a perspectiva dos grupos dominantes sem espaço de contraponto para aqueles mais vulneráveis. Temos o propósito de fomentar o debate sobre a luta empreendida pelos camelôs, as estratégias utilizadas, os desafios de mobilizar e despertar a consciência de classe e necessidade de união entre os indivíduos que são camelôs e trabalham de forma individualizada para que enfrentassem a pressão da Prefeitura e as manobras para convencer a sociedade da importância do trabalho. Os fatos narrados e as reflexões realizadas ao longo deste texto são referentes a um tempo relativamente recente, ocorrido de 2019 até 2021. Não podemos deixar de frisar que os eventos são, em certa medida, reflexo de uma política de desenvolvimento burguesa e excludente com contornos mais explícito a partir da década de 1950, na qual a ideia de modernização, crescimento da cidade, industrialização passam a ser considerada como o único caminho para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Camelôs. Feira de Santana. Movimentos Sociais. Shopping Popular.

A luta dos camelôs de Feira de Santana (BA) foi uma iniciativa desses trabalhadores na tentativa de garantir a manutenção de seu meio de sobrevivência e promover renda e sustento para as suas famílias. Por ser a segunda cidade do estado da Bahia em população, polarizar cerca de 23 municípios na sua microrregião geográfica, a circulação de pessoas no seu centro comercial é uma constante. Esse cenário é um relevante atrativo para a realização da atividade comercial, seja formal ou informal.

Historicamente, a consolidação do município e sobretudo da cidade de Feira de Santana ocorre em consequência da criação e expansão de uma feira-livre onde atualmente é a cidade.

¹ Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Feira de Santana, Bahia, Brasil, sara.costa.mamona@gmail.com.

² Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Feira de Santana, Bahia, Brasil, aoteles@uefs.br



A organização deste trabalho justifica-se em função da importância em dar visibilidade as ações de protesto realizadas pelos camelôs durante o processo de transferência das ruas onde exerciam sua atividade para o Shopping Popular. Em igual medida foi uma oportunidade de realizar uma discussão sobre o papel do Estado (aqui representado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana) que de forma unilateral exerceu forte pressão em diversos segmentos desde o Ministério Público até o uso dos meios de comunicação para que mantivesse a supremacia na narrativa de seu projeto de relocação e para que a mesma se efetivasse.

Essa oportunidade é extremamente relevante para aproximar, conhecer e ressignificar o trabalho do camelô e sua capacidade de ir além da atividade de comércio, visto que as autoras desse estudo perceberam a capacidade e o amadurecimento desses trabalhadores enquanto sujeitos que contribuem na formação histórica, social e econômica própria e da sociedade. Espera-se que esse estudo contribua na trajetória dos camelôs e sirva como referência para debates posteriores.

O objetivo deste estudo é expressar a narrativa dos camelôs, pois observamos que a regra dos escritos sempre foi apresentar a perspectiva dos grupos dominantes sem espaço de contraponto para aqueles mais vulneráveis sob o aspecto financeiro, político, ideológico ou mesmo de organização social. Também temos o propósito de fomentar o debate sobre a luta empreendida pelos camelôs, as estratégias utilizadas, os desafios de mobilizar e despertar a consciência de classe e necessidade de união entre os indivíduos que são camelôs e trabalham sempre de forma individualizada para que enfrentassem a pressão da Prefeitura e as manobras para convencer a sociedade da importância do trabalho para a cidade.

Como aporte teórico utilizamos a discussão de Giddens (1991) para desconstruir a unilateralidade da narrativa a partir da perspectiva e fatos apresentados pela Prefeitura. Implicitamente, apresentamos a precarização do trabalho, pois quando é descrita a situação do camelô, seu processo de luta para garantir sua sobrevivência e não ser ainda mais explorado no espaço criado para sua relocação (o shopping) como discutido por Borges (2016, p. 714) “A economia brasileira nunca foi capaz de incorporar sequer a metade da força de trabalho disponível para ser explorada pelo capital”. Cabe a população adquirir renda em segmentos como a atividade informal, aqui estudada a partir do trabalho dos camelôs que ocupam as ruas da área central de Feira de Santana. Porém, a realização dessa atividade não ocorre de forma pacífica com o poder público municipal que, recorrentemente, cria projetos para o ordenamento territorial. Essa realidade nos leva a discutir o conceito de território proposto por Raffestin

(1993, p. 53), uma vez tornado campo de lutas no qual acontecem “por e a partir de relações de poder”.

Enquanto procedimentos metodológicos essa pesquisa é resultado de dois estudos que vem ocorrendo em paralelo: a pesquisa de doutorado da autora e a execução do projeto de pesquisa da coautora. Os relatos constantes nesse texto e a participação nos movimentos de luta dos camelôs foram realizados antes da chegada da pandemia do novo coronavírus. Foi realizada uma pesquisa participante como definida por Brandão (1988), estivemos presentes em várias atividades, atos, eventos, redes organizadas a partir dessa luta e nossos registros compõem um conjunto de informações organizadas e que formam a base para a construção desse texto. Se vinculando mais fortemente ao eixo temático 13 que discute os “Movimentos Sociais, Educação e Pedagogias Alternativas na América Latina: sujeitos e experiências”.

Os fatos narrados e as reflexões realizadas ao longo deste texto são referente a um tempo relativamente recente, num recorte temporal ocorrido no período de 2019 até 2021. Porém, não podemos deixar de frisar que os eventos são, em certa medida, reflexo de uma política de desenvolvimento burguesa e excludente com contornos mais explícitos a partir da década de 1950, do século passado, na qual a ideia de modernização, crescimento da cidade, industrialização passam a ser consideradas como o único caminho para o desenvolvimento. Um desenvolvimento executado de cima para baixo e sem a participação das classes populares, quer fosse na elaboração, tampouco na execução (ROCHA, 2016; SANTOS, RODRIGUEZ, 2002).

O fortalecimento da economia e da posição urbana de Feira de Santana, acontece, por causa da rápida expansão da sua relação comercial com os municípios do próprio estado e que não tinham ligação com Salvador para consumir bens e serviços diretamente da metrópole. A sua posição, como centro regional, ganha dinâmica através da maior fluidez proporcionada pelo asfaltamento da BR-324, responsável pela ligação entre a capital e Feira de Santana. A abertura de novas estradas ligando os municípios da região a Feira de Santana colaboraram sobremaneira para torná-la atrativa.

O comércio representado por ambulantes e camelôs, ao longo do tempo, sofre intervenções pontuais do poder público municipal, ao mesmo tempo, revelam-se como marcos temporais e espaciais na configuração da cidade. O início do município, a partir de uma feira livre, a reorganização do centro da cidade com a implantação do Centro de Abastecimento, a criação do Feiraguay e, atualmente, o projeto de construção do Shopping Popular demonstram as ações dos agentes públicos na promoção de um ordenamento do espaço público no centro comercial.

O comércio informal, aqui destacado o comércio de rua, a cada dia ganha novos trabalhadores. O centro comercial que mantém a hegemonia perante os demais ainda é o que se localiza na área central da cidade. Sua organização e relevância é reflexo do poder que possui em atrair um elevado fluxo de pessoas, em especial da sua microrregião. Sua capacidade em promover a circulação de capital caracterizando o centro comercial como o local de maior valor para todo tipo de comércio informal inclui o comércio de rua.

A desigual distribuição de renda, resultante do modelo econômico implantado pelo governo brasileiro, tem como consequência diversos problemas sociais, dentre eles, o desemprego. O aumento populacional resultou numa urbanização atropelada e desordenada contribuindo para consolidar uma forte crise social. A indústria, vista no primeiro momento como solução para absorção da mão-de-obra, logo se mostrou sem o propósito de contribuir para a ocupação de um grande número de trabalhadores.

O processo de industrialização criou a falsa ideia de ocupação de mão-de-obra. Muitos governos estaduais, inclusive na Bahia, para justificar o investimento em plantas industriais da iniciativa privada, nos seus estados, colocaram na mídia a informação relacionada a geração de significativa quantidade de postos de trabalho, o que na realidade não ocorreu. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Neste cenário, os trabalhadores informais, representado sobretudo por ambulantes e camelôs compõem a categoria que apresenta o maior crescimento. Desempregados e indivíduos de municípios diversos, especialmente daqueles com predominância de atividades primárias vão promover um aumento expressivo no comércio de rua, como escreve Maia (2015, p. 456) “O chamado comércio de rua, em parte é integrante desse setor e vem funcionando como fator de estabilização social para o indivíduo desempregado, [...]”

As relações de poder se revelam também em circunstâncias como esta, a organização logística contribui para o entendimento do território enquanto produto das ações humanas. A



organização do espaço vai além da atuação do Estado, quando circulação e comunicação estão a serviço de empresas de diferentes tamanhos e promovendo sua atuação de forma pontual e ao mesmo tempo dispersa nos lugares que lhe interessam, reorganizando-os a cada expansão ou retração econômica. Para Raffestin (1993) a formação de um território é resultante das ações promovidas por agentes que buscam a transformação do espaço para alcançar seus objetivos.

Atualmente, ambulantes e camelôs representam esse comércio que se transformou, teve sua localização por muitas vezes modificada e diminuída, mas não perdeu sua capacidade de continuar existindo nos principais logradouros do centro comercial da cidade. Para muitos ambulantes e camelôs esse é o único meio de adquirir recursos que garantam um mínimo para seu sustento e de seus familiares. Segundo Maia (2013, p. 46) “O comércio de rua pode ser, em grande parte, uma economia de sobrevivência, uma alternativa imediata ao desemprego, ou uma opção, uma escolha. É também, um sinal de vitalidade comercial não aproveitado.”

Esses trabalhadores também estão a serviço do capital, para a sua reprodução. O trabalho assalariado formal, regulamentado através de carteira assinada e demais legislação trabalhista não se faz necessário. Para o capital, a contribuição desses trabalhadores, participando da produção, circulação e comercialização de mercadorias diversas funciona como complemento da economia.

O estabelecimento de camelódromos ou shoppings populares não significa a extinção dos ambulantes e camelôs das ruas. Os estudos realizados em diferentes partes do país comprovam essa realidade. Em todos, o poder público destinou projeto, recurso e espaço para o ordenamento desses. Segundo Maia (2015, p. 467) “O comércio de rua passa a comprometer e a prejudicar o urbano a partir de certos limites de localização, tipo, escala e relações com a administração pública e as instituições”. Porém, a população tem opiniões muito divididas quanto a construção do Shopping Popular e a presença dos ambulantes e camelôs nas ruas.

O que as pesquisas constataram revela que passado o período de maior divulgação na imprensa, aquele gosto de novidade, passa a ocorrer uma menor fiscalização pelos órgãos competentes, as ruas são paulatinamente ocupadas por aqueles que não foram contemplados com espaço nos camelódromos ou passam a fazer parte da massa desempregada e que precisa arrumar uma forma de sobreviver.

O poder público procura normatizar o uso do espaço público representado aqui pelas calçadas, criando estatutos, leis e outros. Para ambulantes e camelôs a forma como utiliza determinado espaço, onde estabelece sua barraca está em ordem, mesmo que de forma



considerada ilegal pelos agentes reguladores. Na desordem criada pelos comerciantes as possibilidades de interação com o consumidor ocorrem numa linearidade que permitem a circulação de mercadorias, a obtenção de lucro e conseqüentemente a conquista da sobrevivência por parte daqueles que se encontram nas ruas buscando seu sustento.

A postura do poder público, em todos os exemplos observados na referência consultada, aponta para regras e projetos elaborados por técnicos que aparentam não considerar a opinião e os anseios dos trabalhadores que se encontram nas ruas. Pode-se comprovar essa situação através dos movimentos que ocorreram e os ambulantes, camelôs e artesãos do Centro de Abastecimento foram as ruas tornar público sua insatisfação com o projeto de construção e relocação para o Shopping Popular.

A preocupação racionalista do uso do espaço urbano foca singularmente na estética da cidade, porém a complexidade do uso do espaço público representado pelas calçadas das ruas e avenidas do centro comercial de Feira de Santana é bem maior que a simples construção de um Shopping popular.

Na pesquisa bibliográfica realizada nos deparamos com estudos de partes diferentes do Brasil e em todos os casos a situação se repete, o poder público cria leis, usa força física e ordena o espaço criando camelódromos, shoppings ou delimita locais onde ambulantes e camelôs possam exercer sua atividade.

Com o passar do tempo acontecem duas situações que se alternam, voltam a comercializar em seus antigos pontos; os espaços construídos ou delimitados não são suficientes para o número de ambulantes e camelôs existentes. Uma parte considerável continua trabalhando nas ruas sem nenhum tipo de cadastro ou regulamentação.

As principais mudanças ocorrem através da intervenção do Estado que tem o poder municipal como representante principal. Sendo o responsável pelo estabelecimento de um ordenamento territorial através de um planejamento urbano. No caso da cidade de Feira de Santana, o poder público promove seu planejamento através da elaboração e execução de projetos de relocação dos ambulantes e camelôs. Foi assim na década de 1970 e a mesma proposta ocorre agora através do Pacto de Feira e construção do Shopping Popular. Passados quase quatro décadas entre um projeto e outro, o poder público apresenta proposta bem próxima a do passado, ordenar territorialmente o espaço do centro comercial de Feira de Santana através da construção de um espaço específico e transferir os comerciantes.

A elevação do desemprego nos setores da economia como a indústria e a não absorção

pela agropecuária ou serviços, devido as mudanças que também ocorreram, levou a essa massa de trabalhadores buscarem meios de sobrevivência, muitos só encontraram oportunidade nas ruas.

O comércio informal em Feira de Santana, particularmente o que ocorre nas ruas da cidade, passou por significativas transformações no intervalo que marca a origem do município e da cidade com a feira livre e a feira de gado bovino até a atual organização, na qual os produtos industrializados predominam. Esta situação é um indicativo de que houveram inclusões, nesta atividade, de processos de acumulação de capital. O grande destaque volta-se a comercialização de mercadorias, produzidos em grande escala, por empresas de médio e grande porte, que podem ser encontradas nas mãos e barracas de ambulantes e camelôs.

O uso do espaço público para fins particulares é outro ponto que não pode ser desconsiderado. O número de conflitos gerados, envolvendo diferentes agentes, é elevado e complexo. O poder público, por ser o responsável pela gestão e manutenção desse espaço procura normatizá-lo com a intenção de impor um ordenamento territorial e atender os interesses divergentes daqueles que o utilizam sejam cidadãos, comerciantes formais ou informais.

No ano de 2019, a equipe composta por Alessandra Oliveira Teles, professora do curso de geografia da UEFS, Vinícius Rios da Silva, Jeferson Pereira Duarte Pinto – bolsistas de Iniciação Científica e estudantes do curso de geografia da UEFS e Sara Soares da Costa Mamona, doutoranda em Educação e Contemporaneidade pela UNEB/Salvador realizaram um levantamento/censo dos camelôs e ambulantes presentes nas ruas Sales Barbosa, Marechal Deodoro, Barão de Cotegipe, Conselheiro Franco, Sete de Setembro, Vitorino Gouveia, Leonardo Borges, Olímpio Vital, Recife e Carlos Gomes além da Avenida Senhor dos Passos, com o objetivo de mensurar, de forma estimada, a quantidade de pessoas que realizam o comércio de rua no Centro de Feira de Santana chegando aos números presentes na tabela 1, que segue:

Tabela 1 – Camelôs e ambulantes presentes nas ruas do centro comercial de Feira de Santana – 2019

Logradouro	Barracas/carros	Número estimado de pessoas
Marechal Deodoro	311	900
J. J. Seabra	66	130
Barão de Cotegipe	36	100
Conselheiro Franco	37	103
Sete de Setembro	16	50
Vitorino Gouveia	31	65

Leonardo Borges	60	130
Recife	91	200
Olímpio Vital	26	50
Praça da Bandeira	28	30
Praça Bernardino Bahia	95	180
Sales Barbosa	405	1.150
Senhor dos Passos	225	500
Número aproximado	1.427	3.088

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Neste momento a feira-livre, ligada às tradições do sertão, passam a ser conformada com o “mau gosto e o atraso” (ROCHA, 2016, p. 03). É esta herança colonizadora, das formas de agir e de pensar, imposta aos países que deveriam se “desenvolver”, que alcança o Brasil e os rincões do sertão nordestino, em Feira de Santana, e que marcarão as lutas dos camelôs, artesãos, ambulantes, feirantes e de todos os trabalhadores que atuam no Centro da maior cidade do interior da Bahia desde 1950 até os dias atuais. A expansão da feira-livre das ruas centrais da cidade em 1977, as diversas relocações ao longo da história até o Projeto de Requalificação do Centro e a construção do Shopping Popular, em funcionamento desde setembro de 2020 (AUGUSTO, 2020), inaugurado no meio de uma pandemia, das mais letais já vistas nos últimos anos (BAPTISTA; ESPINA, 2021)³.

Aliás, esta forma de pensar os povos, as culturas e a própria história da humanidade como um contínuo, na qual os europeus são considerados civilizados e modelo de sociedade a ser alcançada, por exemplo, ou na qual há atrasados e evoluídos, encontra respaldo nos estudos de Giddens (1991) quando o autor busca desconstruir a metanarrativa evolucionária que acredita que a história da humanidade se desenvolve a partir de uma imagem ordenada (pequenos grupos de coletores, comunidades agrícolas até as sociedades modernas). “Desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade, ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação” (GIDDENS, 1991, p. 11).

Assim, marcando que esse processo iniciado na década de 1950, conforme descrito acima, ganha novos capítulos em 2013 com o lançamento do Projeto de Requalificação do Centro da cidade, divulgado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana (2013), figura 1.

Figura 1 – Parte do anúncio do Projeto de Requalificação

³ Até o fechamento deste texto, o Brasil registrava mais 510 mil mortes por COVID-19, 25 de junho de 2021. (BAPTISTA; ESPINA, 2021).



Fonte: Pacto da Feira (FEIRA DE SANTANA, 2013)

Assim, as ruas da cidade, ocupadas por gente simples, trabalhadora e em sua maioria preta, negra e parda, que somados, representam 80,5% dos Trabalhadores do comércio de rua de Feira de Santana, segundo dados de Queiroz (2019, p. 152), devem ser substituídas, num projeto higienista, por outros tipos, conforme podemos inferir da imagem abaixo: majoritariamente formada por pessoas brancas, com um certo tipo de cabelo, uma certa forma de vestir e núcleos familiares conservadores (Figura 2).

Figura 2 – Parte do anúncio da nova aparência do centro

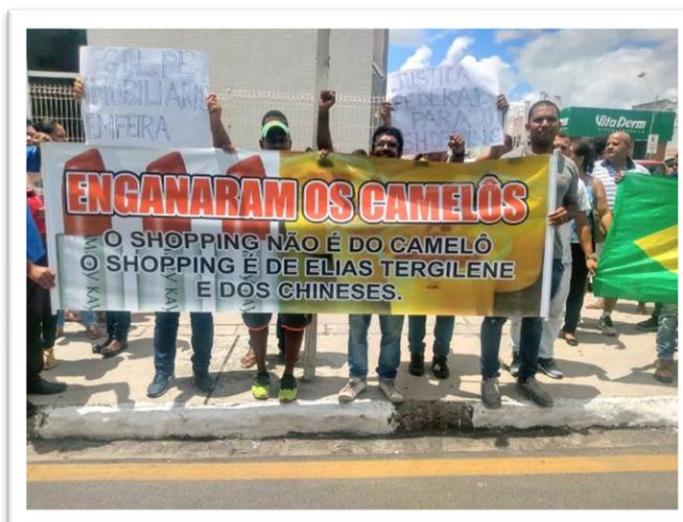


Fonte: Pacto da Feira (FEIRA DE SANTANA, 2013).

O projeto higienista, conforme pode ser visto na imagem acima, arranca das ruas de Feira de Santana, os camelôs e ambulantes, sob o pretexto de reorganização, limpeza, modernização, expulsa das ruas os trabalhadores e trabalhadores que além de gerarem emprego e renda, através da economia informal, mantém a cultura do comércio de rua vivo no município que nasce a partir de uma feira-livre (POPINO, 1968). O Pacto da Feira, por sua vez, para ser executado, trouxe consigo um “Shopping Popular” (FEIRA DE SANTANA, 2015), numa parceria público-privado, para o qual os trabalhadores camelôs e ambulantes deveriam ser realocados, após a expulsão das ruas.

A expulsão, por outro lado, não aconteceu sem luta daqueles trabalhadores e trabalhadoras que foram se organizando quando perceberam na prática, que todos aqueles pactos e acordos, feitos sem o povo, não seria para beneficiá-los. Assim, no ano de 2019, com as obras do Shopping Popular se intensificando (EMPRESÁRIOS..., 2019), o contrato ao qual seriam submetido os trabalhadores sendo, paulatinamente, revelado (CONTRATO..., 2019) e a eminência da expulsão dos seus locais de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras-camelôs começaram a se organizar em manifestações nas ruas, audiências públicas, ações judiciais, articulações com setores da sociedade contrários à expulsão dos trabalhadores do Centro (Figura 3). Com inserções sistemáticas na mídia foram construindo uma contranarrativa que foi ganhando as manchetes da cidade, através dos jornais locais, sempre afeito aos interesses das classes dominantes, que passaram a noticiar os atos e manifestações de trabalhadores em luta por permanecerem nas ruas, pelo direito de continuarem exercendo um ofício cultural e historicamente construído.

Figura 3 – Movimento dos trabalhadores em frente ao fórum da cidade



Fonte: Ed Santos (2020).

As manifestações foram tomando proporções na vida social do município e aqueles trabalhadores iam dizendo a sua palavra dia após dia. Apesar de todas as ações empreendidas, o projeto de requalificação, o “pacto da Feira”, – executado pela prefeitura e que atende prioritariamente a uma determinada classe de pessoas: empresários e economicamente privilegiados –, foi sendo executado em sua plenitude a partir de agosto de 2021 com a expulsão dos trabalhadores do Centro de Feira de Santana.

“Ambulantes reclamam de tratamento dado pela Prefeitura de Feira de Santana e que estão sendo expulsos de locais de trabalho” (ABREU, 2020). Assim, a mídia alternativa ou conservadora foi noticiando a retirada dos trabalhadores do Centro da cidade e efetivamente o Projeto Shopping Popular foi se consolidando.

O contrato entre o Shopping Popular e aqueles trabalhadores camelôs se mostra excludente, cheio de vícios e preconceito. Isso porquê trata os camelôs como subalternos, como menores naquela relação, na qual a prefeitura quase desaparece e o comando passa a ser total e irrestrito entre o Cedente (empresários e proprietários do Shopping Popular) e Cessionários (camelôs) tratados como sujeitos que precisam da caridade do empresário, sem valor na relação, quase um peso a ser carregado pela iniciativa privada que impõe sanções pesadas e cláusulas abusivas nas relações tensas que marcam a vida daqueles trabalhadores no Shopping Popular

O **CESSIONÁRIO inadimplente** que não regularizar a sua situação em prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias de atraso, contadas da data do vencimento de origem, poderá vir a ter, a critério da CEDENTE, após notificação, o espaço, box, **loja** ou quiosque **lacrado pela própria**



CEDENTE com a **retirada da mercadoria** existente no local e o seu encaminhamento para depósito específico. Ainda, ultrapassadas 48 (quarenta e oito) horas após o lacre do espaço, box, loja ou quiosque e não sendo o débito integralmente quitado, o contrato de locação estará automaticamente rescindido de pleno direito e o **espaço será liberado para nova locação**, observando-se que o CESSIONÁRIO de espaço, box, loja ou quiosque inadimplente terá o prazo de **30 (trinta) dias, contados da data do lacre, para retirar a mercadoria que estiver no depósito**, sob pena de ser **doada a instituição de caridade**, sendo-lhe cobrado de todo caso os custos do lacre, da retirada, do transporte e do depósito da mercadoria, sem que seja devido ao CESSIONÁRIO qualquer direito a indenização de multa, ressarcimento, perdas e danos, a que título for. PÁGINA 5

Assim, exercendo poder de juiz e polícia, os empresários do Shopping Popular foram deixando nas entrelinhas do contrato a forma como camelôs e ambulantes seriam tratados naquele estabelecimento. Por outro lado, a Prefeitura foi abdicando da sua autoridade sobre uma questão pública, o disciplinamento do trabalho dos camelôs, em favor da iniciativa privada que ganha feições de disciplinador dos interesses público no controle e gestão exclusivos do empreendimento construído com dinheiro público e em solo igualmente cedido pela prefeitura.

A mídia passa a chamá-los de “Comerciantes do Shopping Popular” (PINTO, 2021), apagando a história daquelas pessoas que foram expulsas do lugar onde trabalhavam, sem direito a outro plano alternativo que os incluísse, que considerasse as necessidades da categoria de trabalhadores, que levasse em consideração uma prática social que vai além do trabalho informal e os vincula à prática ancestral do comércio realizado na feira-livre que dá origem à Feira de Santana.

Ao contrário do que se pode imaginar, os trabalhadores não sucumbiram ao imposto pelo poder hegemônico e continuaram lutando com todas as armas legais para rever cláusulas contratuais, melhorar as condições de trabalho, sem desistir da luta coletiva, apesar das derrotas enfrentadas, até o presente momento, frente à insensibilidade do poder público municipal.

É possível perceber de forma transparente, pelo menos dois movimentos. Um primeiro, conhecido dos países capitalistas, que opera com a exclusão de parcela da população, exclui pessoas do direito ao território, no caso área central da cidade, desautoriza, deslegitima e nega o alienável direito de trabalhar e gerir a vida, e que sem uma alternativa enviam as pessoas para um shopping sem uma escuta sensível quanto às suas demandas ou mesmo sem considerar a impossibilidade daquele espaço receber todas as pessoas que hoje ocupam as ruas para continuar sobrevivendo. O segundo movimento é dos trabalhadores que lutam, resistem. Um movimento empreendido por uma parcela oprimida da sociedade. Estes últimos, vão se

organizando a partir das demandas impostas e vão ganhando forma, no caso dos camelôs expulsos da ruas e que são empurrados para o “Shopping popular”, a resistência tem se dado mediante as manifestações de rua, as articulações junto à defensoria pública e setores progressistas da sociedade ligados à Universidades e Movimentos Sociais, além da criação de uma Associação para dar legitimidade política nos espaços de discussão e decisão junto aos empresários e, principalmente, junto ao poder público municipal.

O movimento dos camelôs ocorreu inicialmente de forma quase intuitiva, movidos pela necessidade de garantir a sobrevivência. Notamos que esse despertar de uma possível consciência político-pedagógica promoveu um olhar enquanto sujeitos ativos de sua história e necessidade de mostrar a sociedade sua existência e participação na vida econômica e social do município.

A prática social desenvolvida na luta tem se estabelecido com alguns objetivos, que coadunam com aqueles identificados nos estudos de Oliveira, Silva, *et al.* (2014), dos quais é possível observar:

suprir necessidades de sobrevivência [...] - buscar o reconhecimento dessas necessidades pela sociedade; - controlar, expandir a participação política de pessoas, de grupos, de comunidades em decisões da sociedade mais ampla; - propor e/ou executar transformações na estrutura social, [...]; - garantir direitos sociais, culturais, econômicos, políticos, civis; - corrigir distorções e injustiças sociais; - buscar reconhecimento, respeito, valorização das culturas e da participação cidadã de grupos sociais, étnico-raciais marginalizados pela sociedade; [...] refletir, discutir e executar ações (2014, p. 32)

Assim, do que se observa ao ver a luta daqueles trabalhadores e trabalhadoras em prol da garantia de direitos, existência e transformação social, é que esta, tal como nos achados de Oliveira, Teixeira, Sousa *et al.* (2013, p. 179) estão se educando nesses processos, ficando demonstrado ao “[...] refutar o estigma que recai sobre si e sobre a prática exercida, denunciar a violência e a discriminação a que são submetidos, não baixar a cabeça e enfrentar as adversidades, desenvolver autoestima e autoconfiança.”. Aprendizagens que vão se dando na medida em que lutam, resistem e buscam as transformações para continuar vivendo com um mínimo de dignidade.

Referências

ABREU, Iury. Ambulantes reclamam de tratamento dado pela Prefeitura de Feira de Santana e que estão sendo expulsos de locais de trabalho - Informais se queixam de que estão obrigados a se instalar em shopping popular que ainda não teria ficado pronto. **Muita Informação**, Feira de Santana, 22 ago. 2020. Disponível em: <https://muitainformacao.com.br/post/16148-ambulantes-reclamam-de-tratamento-dado-pela-prefeitura-de-feira-de-santana-e-que-estao-sendo-expulsos-de-locais-de-trabalho> Acesso em: 26 jun. 2021.

AUGUSTO, Carlos. 2020. Abertura do Shopping Cidade das Compras contribui para atividade comercial de Feira de Santana. **Jornal Grande Bahia**, Feira de Santana, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2020/09/abertura-do-shopping-cidade-das-compras-contribui-para-atividade-comercial-de-feira-de-santana/> Acesso em: 26 jun. 2021.

BAPTISTA, Sara. ESPINA, Ricardo. Brasil registra 1.990 mortes em 24 h e ultrapassa 510 mil óbitos. **Viva Bem UOL**, São Paulo, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/25/covid-19-coronavirus-casos-mortes-25-de-junho.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 25 jun. 2021.

BORGES, A. Os Novos Horizontes de Exploração do Trabalho, de Precariedade e de Desproteção. **Cadernos do CEAS**, Salvador, N. 239, P. 713-741, 2016.

BRANDÃO, Carlos Henrique (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

CONTRATO do Shopping Popular com camelôs de Feira prevê reajuste mensal do aluguel dos boxes. **Blog da Feira**. Feira de Santana, 01 set. 2019. Disponível em: <https://blogdafeira.com.br/home/2019/09/01/contrato-do-shopping-popular-com-camelos-de-feira-preve-reajuste-mensal-do-aluguel-dos-boxes/>. Acesso em 25 jun. 2021.

EMPRESÁRIOS visitam obras do Centro Comercial Popular. **Sec. Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico**, Feira de Santana, 14 jun. 2019. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Empres%C3%A1rios%20visitam%20obras%20do%20Centro%20Comercial%20Popular&id=9&link=secom/noticias.asp&idn=22447> Acesso em: 26 jun. 2021.

FEIRA DE SANTANA. Edital de concorrência pública nº 014/2015, processo licitatório nº 108/2015. [Concessão Comum com Subsídio para a Construção, Operação, Manutenção e Exploração Econômica do Centro de Comércio Popular de Feira de Santana]. Feira de Santana: **Diário Oficial de Feira de Santana**, 2015. Disponível em: http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=2&s=a&link=seadm/licitacoes_pm.asp&cat=PMFS&dt=06-2015. Acesso em: 03 set. 2020

FEIRA DE SANTANA. **Feira de Santana**: Um novo centro para todos. “Pacto de Feira” Projeto de Requalificação Urbana do Centro Comercial de Feira de Santana. Feira de Santana, 2013.

GIDDENS, Anthony. Capítulo I – Introdução. In: GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

MAIA, Ana Cláudia Nogueira. Comércio de Rua X Poder Público: O Caso da Cidade de Salvador (BA). **Bahia: Análise & Dados**. Salvador, v. 25, n. 2, p. 455-474, abr./jun. 2015.

MAIA, Ana Cláudia Nogueira. **Circuitos e Redes do Comércio de Rua em Salvador, Bahia: Uma Análise Geográfica**. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. GONÇALVES JUNIOR, Luiz. GARCIA-MONTRONE, Aida Victoria. JOLY, Ilza Zenker. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar, p. 29-46, 2014.

PINTO, Raquel. Comerciantes do Shopping Popular realizam grande manifestação em frente a prefeitura. Eles alegam que estão enfrentando muitas dificuldades e que a obra está inacabada. **Acorda Cidade**. Feira de Santana, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/240374/comerciantes-do-shopping-popular-realizam-grande-manifestacao-em-frente-a-prefeitura.html> Acesso em: 26 jun. 2021.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Tradução: Arquimedes Pereira Guimarães. Bahia: Editora Itapuã, 1968.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. Sensibilidades de um espaço: ser uma princesa na modernização republicana – Feira de Santana 1940 a 1950. Encontro estadual de História – ANPUH/Ba. **Anais [...]**. Feira de Santana, 08, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477648447_ARQUIVO_SEN_SIBILIDADESDEUMESPACO-SERUMAPRINCESANAMODERNIZACAOREPUBLICANA-FEIRADESANTANA1940-1950.pdf Acesso em: 12 abr. 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa; RODRIGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/2/2.php> Acesso em: 5 maio 2018.

SANTOS, Ed. Camelôs pedem atenção da Justiça sobre ações movidas contra o Shopping Popular: Categoria protestou em frente ao Fórum Desembargador Filinto Bastos e à Câmara Municipal. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, fev. 2020. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/223257/camelos-pedem-atencao-da-justica-sobre-acoes-movidas-contr-o-shopping-popular.html> Acesso em: 21 fev. 2020.

TEIXEIRA, Francisco. GUERRA, Osvaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **BAHIA: Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 10, n. 1, jul. 2000, p. 87-99.